



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB

Diretoria Geral - DGE



43

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC



**CONTRATO N.º 24/2007 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE - SESAB, DO OUTRO A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES DE SAÚDE A NÍVEL AMBULATORIAL E HOSPITALAR AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SUS/BA.**

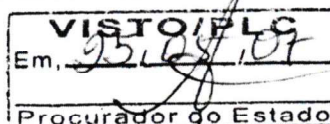
O **ESTADO DA BAHIA**, pela sua Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 13.937.131/0001-41, situada na Av. Luiz Viana Filho, 4ª. Avenida lado B, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representada pelo Secretário Estadual da Saúde, Dr. Jorge José Santos Pereira Solla, CPF/MF sob nº 195.307.735-87, devidamente autorizado por Ato de Delegação do Senhor Governador do Estado da Bahia, conforme Decreto publicado no Diário Oficial do Estado de 09 de janeiro de 2007, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Santa Casa de Misericórdia de Oliveira dos Campinhos, CNPJ/MF nº 13824560000102, Inscrição Estadual nº 042.989.792, situada à Rua Coronel Sebastião Dias, s/n, Oliveira dos Campinhos, Santo Amaro – Bahia, CEP 44.215.000, neste ato representado na forma dos seus Estatutos/Regimentos/Contrato Social, pelo Sr. Mauricio Almeida Dias Pereira, portador de documentos de Identidade nº 1870756 SSP/Ba, CPF N.º 344.844.505/34, doravante denominada apenas **CONTRATADO**, CREDENCIADA tendo em vista o que dispõe o art. 199, § 1º, da Constituição Federal de 1988, decorrente do reconhecimento da hipótese de inexigibilidade de licitação, art. 60, *caput* c/c arts. 61 a 63 da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, Processo Administrativo nº 0300070242595, e com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescidas das Leis Federais de nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, mais correspondentes Normas Operacionais Básicas - NOB - do Sistema Único de Saúde - SUS e Portaria GM nº 1.721, de 21 de setembro de 2005, Portaria SAS nº 635, de 10 de novembro de 2005, Portaria GM nº 3.123, de 07 de dezembro de 2006 emanadas pelo Ministério da Saúde - MS, e, ainda, Resolução nº 120/2005 da Comissão Intergestores Bipartite da Bahia, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 30 de novembro de 2005, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir delineadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto estabelecer relação entre as partes para a prestação de serviços assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, pela integração do **CONTRATADO** à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema, na forma de Plano Operativo Anual, Anexo I, que neste se integra como se transcrito fosse.

§ 1º. Os serviços serão prestados pela Santa Casa de Misericórdia de Oliveira dos Campinhos, situado na Rua Coronel Sebastião Dias, s/n, Oliveira dos Campinhos, no

Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB  
End.: CAB - 4ª Avenida, Plataforma 6, Lado B, nº 400, Sala 112  
Tel.: (71) 3115-4165 – FAX : (71) 3371-0497







GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB  
Diretoria Geral - DGE



44

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

município de Santo Amaro-Bahia, de acordo com o Plano Operativo discriminado no Anexo I deste contrato.

§ 2º. A eventual mudança de endereço do estabelecimento do CONTRATADO será imediatamente comunicada ao CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo, o CONTRATANTE rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus pela rescisão.

§ 3º. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes do presente Contrato e as normas do Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 4º. O CONTRATADO ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 143, §§ 1º a 3º da Lei Estadual nº 9.433/05.

§ 5º. O CONTRATADO somente fará jus ao pagamento dos valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados, limitado ao valor máximo mensal estabelecido neste contrato.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS NORMAS

O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005; Lei Federal nº 8.080, de 12 de setembro de 1990; Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; Lei Estadual nº 7.306, de 23 de janeiro de 1998, e demais legislação pertinente, aplicando-se, no que couber, os princípios do direito público, suplementados pelos preceitos do direito privado.

**Parágrafo único.** O CONTRATADO compromete-se a aceitar, cumprir e fazer cumprir as determinações legais e demais normas emanadas do Ministério da Saúde, e órgãos e entidades a ele vinculadas, e da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, pertinentes aos serviços ora contratados, e acatar as resoluções, que regem o Sistema Único de Saúde – SUS.

### CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

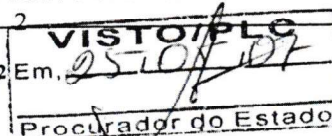
Na execução do presente contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições gerais:

I – O acesso ao SUS se faz preferencialmente pela atenção básica à saúde, ressalvadas as situações de urgência e emergência;

II – Encaminhamento e atendimento a clientela, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência e emergência, e que quando regulados também devem ser referenciados pelas Centrais de Regulação Municipais;

III – Gratuidade das ações e dos serviços de saúde executados no âmbito deste contrato;

Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB  
End.: CAB - 4ª Avenida, Plataforma 6, Lado B, nº 400, Sala 112  
Tel.: (71) 3115-4165 – FAX : (71) 3371-0497





## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

IV – A prescrição de medicamentos deve observar a Relação Nacional de Medicamentos – RENAME, excetuadas as situações de excepcionalidade indicadas pela Comissão de Ética Médica do CONTRATADO.

V – Atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;

VI – Observância integral às normas e aos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelos gestores do SUS;e

VII – Estabelecimento de metas e indicadores para as atividades de saúde decorrentes desse contrato, conforme Plano Operativo Anual (Anexo I).

### CLAUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS COMUNS

#### I - Atenção à Saúde e Participação nas Políticas Prioritárias do SUS:

O elenco das ações abaixo relacionadas será aplicado considerando-se a realidade institucional do CONTRATADO e as necessidades loco-regionais definidas pelo gestor.

a) garantia de acesso aos serviços pactuados e contratados de forma integral e contínua, por meio do estabelecimento de metas quantitativas e qualitativas, conforme Plano Operativo Anual (Anexo I);

b) inserção do CONTRATADO na rede do SUS, com definição clara do perfil assistencial e da missão institucional, observando, entre outros, a hierarquização e o sistema de referência e contra-referência, como garantia de acesso à atenção integral à saúde;

c) compromisso em relação aos ajustes necessários no que se refere à oferta e à demanda de serviços do CONTRATADO, dando preferência às ações de média complexidade ou de acordo com o porte, missão e perfil do hospital;

d) organização da atenção orientada pela Política Nacional de Humanização;

e) implementação da Política Nacional de Medicamentos, instituída pela Portaria 3.916, de 30 de outubro de 1998, mormente no que diz respeito à promoção do uso racional de medicamentos;

f) elaboração de protocolos clínicos, técnico-assistenciais, para integrar e apoiar as diversas ações de saúde desenvolvidas na rede de serviços do SUS;

g) elaboração e adoção pelo CONTRATANTE de protocolos operacionais, em conjunto com o gestor;

h) inserção, no sistema de urgência e emergência loco-regional, a partir da definição do papel do CONTRATADO(A) no Plano Estadual de Assistência à Urgência, conforme Portaria GM nº 2.048, de 05 de novembro de 2002, que aprovou o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência;







## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

- i) manutenção, sob regulação do gestor do SUS, da totalidade dos serviços contratados, de acordo com as normas operacionais vigentes;
- j) a abertura e prestação de novos serviços no âmbito do CONTRATADO que envolverá pactuação prévia com o gestor do SUS, principalmente no que diz respeito à provisão de recursos financeiros de custeio das ações/atividades, que deverão ser incorporados ao contrato mediante termo aditivo;
- k) constituição de uma rede de cuidados progressivos à saúde, estabelecendo-se relações de cooperação técnica no campo da atenção, entre os diferentes serviços do SUS, independentemente do nível de complexidade;
- l) diversificação das tecnologias de cuidado utilizadas pelo CONTRATADO no processo assistencial, incluindo aquelas centradas no usuário e sua família, que levem à redução do tempo de permanência da internação hospitalar (hospital dia, atenção domiciliar e cirurgia ambulatorial);
- m) desenvolvimento de atividades de vigilância epidemiológica, hemovigilância, tecnovigilância e farmacovigilância em saúde, ou participação como hospital colaborador do Projeto Hospitais Sentinela de acordo com as normas da ANVISA;
- n) constituição das comissões de documentação médica e estatística, de óbitos, além de outras comissões necessárias e obrigatórias ao funcionamento do hospital;
- o) estabelecimento de mecanismos de relação com a definição e pactuação das competências dos gestores e do hospital com relação ao planejamento, organização, controle, avaliação dos serviços pactuados considerando as especificidades loco-regionais do SUS;
- p) utilização do Banco de Preços em Saúde (disponível no Portal do Ministério da Saúde) a fim de racionalizar e otimizar a alocação dos recursos financeiros;
- q) criação de mecanismos que assegurem a transferência gradativa das atividades de atenção básica prestadas pelo Contratado para a rede assistencial do Contratante, considerada a pactuação local; e
- r) educação permanente de recursos humanos.

### II - Gestão Hospitalar - Metas Físicas e de Qualidade:

Os aspectos centrais da gestão e dos mecanismos de gerenciamento e acompanhamento das metas físicas e de qualidade acordadas, devem conter:

- a) ações adotadas para democratização da gestão que favoreçam seu aperfeiçoamento e que propiciem transparência, probidade, ética, credibilidade, humanismo, equidade e ampliação dos mecanismos de controle social;





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB



Diretoria Geral - DGE

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

b) elaboração do plano diretor de desenvolvimento da gestão, assegurando a participação dos funcionários;

c) elaboração de planejamento hospitalar em conjunto com uma equipe multiprofissional, visando às metas setoriais específicas para cada área de atuação;

d) aplicação de ferramentas gerenciais que induzam à horizontalização da gestão, à qualificação gerencial e ao enfrentamento das questões corporativas, incluindo rotinas técnicas e operacionais, sistema de avaliação de custos, sistema de informação e sistema de avaliação de satisfação do usuário;

e) gestão administrativo-financeira que agregue transparência ao processo gerencial do CONTRATADO, inclusive com a abertura de planilhas financeiras e de custos para acompanhamento, garantindo equilíbrio econômico e financeiro do contrato e regularidade de pagamento integral e a termo da contraprestação;

f) ações que garantam a continuidade da oferta de serviços de atenção à saúde;

g) garantia da aplicação integral na unidade hospitalar dos recursos financeiros de custeio e de investimento provenientes do SUS;

h) obrigatoriedade de, regularmente, e conforme cronograma, fornecer ao gestor os dados para atualização dos sistemas de informações do Ministério da Saúde, incluindo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), o Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e outros sistemas de informações que venham a ser implementados no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS em substituição ou em complementaridade a estes;

i) estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação, com definição de indicadores integrados ao presente contrato, conforme Plano Operativo Anual (Anexo I).

III - Elaboração de protocolos técnicos e de encaminhamento para as ações de atenção à saúde.

IV - Elaboração do Plano Operativo Anual.

## CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para o cumprimento do objeto deste Contrato, o CONTRATADO se obriga a cumprir todas as metas e condições especificadas no Plano Operativo, parte integrante deste contrato, e das Portaria GM nº 1.721, de 21 de setembro de 2005, Portaria SAS nº 635, de 10 de novembro de 2005 e Portaria GM nº 3.123, de 07 de dezembro de 2006.

Para os fins deste contrato, considera-se:

I - A atividade assistencial do CONTRATADO subdivide-se em 04 (quatro) modalidades, conforme especificação e quantidades relacionadas no contrato, a saber:

Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB  
End.: CAB - ,4ª Avenida, Plataforma 6, Lado B, nº 400, Sala 112  
Tel.: (71) 3115-4165 – FAX : (71) 3371-0497







## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

- a) atendimento Hospitalar (internação);
- b) atendimento Ambulatorial;
- c) atendimento de Urgências (referenciada ou não referenciada);
- d) serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico- SADT Externo.

II - As 04 (quatro) modalidades de atividade assistencial acima relacionadas referem-se à rotina do atendimento a ser oferecido aos usuários do hospital e é denominada parte fixa do contrato e estão previstas no Plano Operativo, Anexo I.

III - Além das atividades de rotina, a CONTRATADO poderá realizar outras atividades, submetidas à prévia análise e autorização da CONTRATANTE, respeitadas as limitações previstas em Lei.

IV - A Assistência Hospitalar abrange:

a) todos os recursos de diagnóstico e tratamento necessários ao atendimento hospitalar da clientela que demande à unidade; os encargos médicos necessários, inclusive de plantonistas; uso de sala; material e medicamentos consumidos; sangue e derivados; serviços auxiliares de diagnóstico e/ou terapia; alojamento em enfermaria, com sanitários proporcionais ao número de leitos; fornecimento de roupa hospitalar, inclusive aos pacientes; alimentação, inclusive dietas especiais; curativos; serviços gerais e tudo mais necessário ao adequado atendimento de cada caso.

b) todos os leitos hospitalares ofertados ao SUS pelo CONTRATADO deverão estar à disposição das centrais de regulação da Secretaria de Estado da Saúde e ou da secretaria municipal caso já tenha sido implantada no município onde se encontra a contratada;

c) o CONTRATADO(A) deverá garantir o encaminhamento aos serviços complementares necessários ao tratamento dos pacientes internados e sob sua responsabilidade.

§ 1º. Nos casos de urgência/emergência, o CONTRATADO não poderá recusar a internação do usuário, hipótese em que fica o CONTRATADO autorizado a proceder ao exame e à internação do usuário, se for o caso, por médico-plantonista, que preencherá o formulário padrão de Laudo Médico no ato da hospitalização. O Laudo Médico deverá ser visado pelo Diretor Clínico do CONTRATADO e encaminhado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Órgão Emissor competente (DIRES ou Município) para emissão do documento de Autorização da Internação Hospitalar - AIH.

§ 2º. Alterações cadastrais que impliquem mudanças nos procedimentos contratados, objeto do presente contrato, devem ser previamente autorizadas pelo CONTRATANTE.

### CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de 01 (um) ano, renovável por mais 04 (quatro), contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia (DOE).







## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, na forma prevista no inciso II, do art. 140, da Lei Estadual nº 9.433/05.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

**O CONTRATADO, além das obrigações consideradas contidas neste instrumento por determinação legal e das previstas em outras cláusulas, obriga-se a:**

- I. executar os serviços objeto deste Contrato de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando material apropriado e dispondo de infra-estrutura e equipe profissional necessária à sua execução;
- II. assistir de forma abrangente à clientela que demande à Unidade espontaneamente, sem exclusões;
- III. manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados, disponibilizando, a qualquer momento, ao ESTADO/SESAB e aos gestores do SUS, as fichas e prontuários da clientela, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;
- IV. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causado ao ESTADO/SESAB e/ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão, ou por culpa, ou em consequência de erros, imperícia ou imprudência própria ou de auxiliares (empregados, prepostos e diretores ou pelos profissionais não vinculados ao seu quadro, porém admitidos em seus recintos para participarem da prestação de serviços) que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços objeto deste contrato, bem como pelas consequências danosas de eventuais falhas de suas instalações, equipamentos e aparelhagens;
- V. manter os locais de atendimento suficientemente supridos de material e pessoal, e assegurar a qualidade dos serviços contratados utilizando equipamentos e adotando métodos diagnósticos e terapêuticos adequados à prestação dos serviços dentro dos padrões técnicos vigentes;
- VI. organizar os prontuários hospitalares e/ou ambulatoriais dos pacientes e manter serviços de documentação e arquivos atualizados;
- VII. manter afixado em lugar visível, no setor de admissão, permanentemente atualizado, quadro indicativo diário do número de vagas;
- VIII. não utilizar nem permitir que terceiros utilizem os usuários do SUS para fins de experimentação;
- IX. somente permitir a participação de estudantes/estagiários na prestação de serviços sob a permanente e direta supervisão de um profissional responsável pela assistência, realizando-se o estágio mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e o CONTRATADO, com intervenção obrigatória da instituição de ensino freqüentada pelo estagiário e de acordo com a legislação disciplinadora da matéria;







30

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

- X. notificar, de imediato, o óbito do usuário à sua família e/ou ao seu responsável;
- XI. afixar, em local de boa visibilidade, aviso de que o hospital ou a unidade de saúde presta serviços aos usuários do SUS/BA, contendo a marca-símbolo do Sistema Único de Saúde e especificando a gratuidade do atendimento;
- XII. o CONTRATADO se obriga a informar, ao CONTRATANTE, o número de leitos hospitalares por especialidades médicas disponíveis, de acordo com a normatização da CONTRATANTE;
- XIII. internar paciente durante as 24 (vinte e quatro) horas nos 07 (sete) dias da semana, no limite dos leitos contratados, ainda que, por falta ocasional de leito vago em enfermaria, tenha à-a entidade contratada de acomodar o paciente em instalação de nível superior à ajustada, não implicando em pagamento adicional;
- XIV. manter prontuário arquivado na Unidade de acordo com os prazos legais vigentes;
- XV. atender o paciente do SUS com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços;
- XVI. permitir a visita ao paciente do SUS internado, diariamente, respeitando-se a rotina do serviço, favorecendo ampliação da visita aberta;
- XVII. esclarecer ao paciente do SUS sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- XVIII. respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- XIX. assegurar ao paciente do SUS o direito de ser assistido religiosa e espiritualmente, por ministro de culto religioso;
- XX. garantir ao paciente a confidencialidade dos dados e informações sobre sua assistência;
- XXI. fornecer ao paciente relatório de alta hospitalar com relato de todos os atendimentos prestados durante o internamento, com os seguintes dados: a) nome do paciente; b) nome do hospital; c) localidade; d) motivo da internação; e) data de internação; f) data da alta; , material e procedimentos especiais utilizados, quando for o caso; e garantir uma segunda via no prontuário do paciente.
- XXII. fornecer ao paciente relatório de referência e contra-referência quando necessário, utilizando modelo preconizado pela secretaria do município onde fica a contratada, e ou modelo da SESAB, quando o paciente necessitar ser transferido para outros municípios.







## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

- XXIII. responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros custos que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;
- XXIV. responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao SUS ou ao paciente deste;
- XXV. apresentar ao Gestor do SUS, sempre que solicitado, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;
- XXVI. assegurar, nas internações em enfermaria pediátrica e do idoso, a presença de acompanhante no hospital;
- XXVII. ter serviço e comissão de infecção hospitalar em funcionamento;
- XXVIII. notificar o CONTRATANTE, de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria e endereço, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e o novo endereço;
- XXIX. executar, conforme a melhor técnica, os serviços médicos-hospitalares e ambulatorial, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas;
- XXX. cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas por força do edital de credenciamento e deste contrato;
- XXXI. oferecer ao paciente todo o recurso necessário ao seu atendimento de acordo com o perfil da unidade, que não deve ser utilizado como barreira de pleno acesso quando o Sistema de Regulação Estadual e/ou Municipal necessitar dos leitos através de suas respectivas Centrais de Regulação;
- XXXII. justificar ao paciente ou a seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato;
- XXXIII. manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste Contrato;
- XXXIV. observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas à prestação dos serviços;
- XXXV. providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato;
- XXXVI. comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços, objeto do presente contrato;



**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC**

- XXXVII. pagar os salários e encargos sociais devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços ora contratados, inclusive indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, demissões, vales-transporte etc, obrigando-se, ainda, ao fiel cumprimento das legislações trabalhistas e previdenciárias, sendo-lhe defeso invocar a existência deste contrato para tentar eximir-se destas obrigações ou transferi-las para o CONTRATANTE;
- XXXVIII. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para credenciamento e para a celebração deste contrato;
- XXXIX. atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;
- XL. efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, inclusive as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas dos seus empregados, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados;
- XLI. garantir que os funcionários cumpram as normas dos Conselhos de Classe, a exemplo do Conselho Regional de Medicina(CRM) / Conselho Regional de Enfermagem COREM e outros oficializados; e
- XLII. atender todos os encaminhamentos contratados para os serviços de apoio diagnóstico e terapêutico feitos pela central de regulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O CONTRATANTE, além das obrigações consideradas contidas neste instrumento por determinação legal e das previstas em outras cláusulas, obriga-se a:

- I. Disponibilizar por meio de acordo entre entes públicos com o MS/FNS, os recursos mensais necessários ao hospital para atendimento do contrato conforme especificado.
- II. Controlar, fiscalizar, acompanhar e avaliar as ações e os serviços ajustados.
- III. Estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde.
- IV. Analisar os relatórios elaborados pelo CONTRATADO, comparando-se as metas do Plano Operativo, com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados.







## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

- V. Publicar o resumo do Contrato, e dos aditamentos que houver, no Diário Oficial do Estado.

### CLÁUSULA NÔNA - DO PLANO OPERATIVO ANUAL

O Plano Operativo Anual, elaborado conjuntamente pelo CONTRATANTE e o CONTRATADO, é o instrumento definidor da eficácia e das metas deste contrato.

§ 1º. O Plano Operativo Anual contém:

- I – Descrição de todas as ações e serviços objeto deste contrato.
- II – Definição da estrutura tecnológica e a capacidade instalada do CONTRATADO.
- III – Quantificação das metas físicas das internações hospitalares, atendimentos ambulatoriais, e dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico.
- IV – Indicação das metas de qualidade.
- V – Descrição das atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão hospitalar, em especial aquelas referentes:
  - a) ao Sistema de Apropriação de Custos;
  - b) à prática de atenção humanizada aos usuários, de acordo com os critérios definidos pelo CONTRATANTE;
  - c) ao trabalho de equipe multidisciplinar;
  - d) ao incremento de ações de garantia de acesso do paciente usuário, mediante o complexo regulador de atenção à saúde;
  - e) ao funcionamento adequado dos comitês de avaliação de mortalidade por grupo de risco;
  - f) elaboração de painel de indicadores de acompanhamento de performance institucional.

§ 2º. O Plano Operativo terá validade de 12 (doze) meses, sendo vedada a sua prorrogação.

§ 3º. Decorridos os doze meses de vigência do Plano Operativo, após avaliação as partes elaborarão novo Plano Operativo, em conformidade com as metas cumpridas e outras novas a cumprir.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

O CONTRATANTE e os gestores do SUS fiscalizarão, por intermédio dos técnicos, especialmente designados para este fim, o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato; a qualidade dos serviços prestados; a obediência à legislação

*[Assinatura]*





## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

e demais normas pertinentes; o faturamento apresentado; bem como qualquer tipo de ocorrência que mereça ação fiscalizadora ou apuração de responsabilidades e/ou irregularidade.

§ 1º. A fiscalização compreenderá, também, a verificação do movimento dos atendimentos, das internações e altas e de quaisquer outros elementos úteis ao controle, regulação, avaliação e auditoria.

§ 2º. O CONTRATADO facilitará ao CONTRATANTE e aos órgãos competentes do SUS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, de forma ampla e irrestrita, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos técnicos designados para fiscalizar a execução do objeto deste Contrato.

§ 3º. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização por parte do CONTRATANTE e/ou dos órgãos competentes do SUS não eximirá o CONTRATADO da total responsabilidade pela execução dos serviços objeto do presente contrato.

§ 4º. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a rescisão deste Contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

A execução do presente contrato será medida por Comissão de Acompanhamento e Avaliação constituída por ato do Secretário da Saúde composta de representantes do CONTRATANTE e do CONTRATADO.

§ 1º. A atribuição da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, sob a Coordenação da CONTRATANTE será a de acompanhar a execução do presente contrato, principalmente no tocante aos seus custos, cumprimento das metas estabelecidas no Plano Operativo e avaliação da qualidade da atenção à saúde dos usuários.

§ 2º. A Comissão a que se refere esta cláusula será constituída até 15 (quinze) dias após a publicação em Diário Oficial do Estado de extrato deste Termo, cabendo ao CONTRATADO, neste prazo, indicar à CONTRATANTE os seus representantes.

§ 3º. O CONTRATADO fica obrigado a fornecer à Comissão de Acompanhamento e Avaliação todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

§ 4º. A existência da comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades próprias de avaliação do Sistema Nacional de Auditoria (Federal, Estadual e Municipal).

§ 5º. O CONTRATADO encaminhará à CONTRATANTE, mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente, as informações referentes à atividade assistencial realizada e as informações contábeis, através dos requisitos de informação e dos formulários, acompanhado do extrato.







GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB  
Diretoria Geral - DGE



## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

bancário da movimentação da conta corrente específica do contrato, do mês anterior, definidos pela CONTRATANTE, respectivamente, denominados Relatórios mensais.

§ 6º. Caso o dia 10 não seja dia útil a entrega será feita no dia útil subsequente.

§ 7º. A fonte de informação para o monitoramento serão os Relatórios mensais encaminhados ao CONTRATANTE.

§ 8º. A avaliação da parte variável será realizada semestralmente, podendo gerar um ajuste financeiro a menor nos meses subsequentes, dependendo do percentual de alcance dos indicadores, pelo hospital.

§ 9º. Visando o monitoramento e avaliação do contrato e o cumprimento das atividades estabelecidas para o CONTRATADO, a mesma deverá encaminhar mensalmente, até o dia 10 (dez), a documentação necessária das atividades assistenciais realizadas pelo hospital.

§ 10º. O Relatório mensal inclui o Relatório de Informação Hospitalar (RIH) acompanhado da planilha de execução orçamentária por centro de custo que será disponibilizado pela CONTRATANTE. Outras informações como os registros das AIH's - Autorização de Internação Hospitalar e dos registros no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais serão encaminhados de acordo com normas e prazos estabelecidos pela CONTRATANTE.

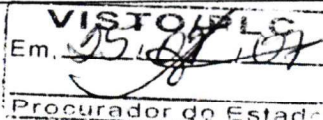
§ 11º. A CONTRATANTE procederá ao acompanhamento mensal através da análise mensal dos dados enviados pelo CONTRATADO para que sejam efetuados os devidos pagamentos de recursos, conforme estabelecido no contrato.

§ 12º. A cada período de 06 (seis) meses, a CONTRATANTE procederá à consolidação e análise conclusiva dos dados do quadrimestre findo, para avaliação e pontuação dos indicadores que condicionam o valor do pagamento da parte variável citado no Plano Operativo, onde o pagamento será feito conforme o desempenho (pontuação) do Hospital, sendo que o total dessa pontuação corresponderá a 100 (cem) pontos e o número de pontos alcançado pelo Hospital corresponderá ao percentual do valor da parte variável que será pago ao Hospital.

§ 13º. Também de forma semestral, CONTRATANTE procederá à análise das quantidades de atividades assistenciais, denominada parte fixa, realizadas pelo CONTRATADO, verificando e avaliando os desvios (para mais ou para menos) ocorridos em relação às quantidades estabelecidas no contrato.

§ 14º. Da análise referida no parágrafo anterior, poderá resultar uma repactuação das quantidades de atividade assistencial ora estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, efetivada através de Termo Aditivo ao contrato, na forma e limites estabelecidos em Lei.

§ 15º. A análise referida no décimo segundo parágrafo desta cláusula não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos Aditivos ao contrato em relação às cláusulas que quantificam as atividades assistenciais a serem desenvolvidas pelo CONTRATADO e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, a qualquer momento, se condições e/ou



*Assinatura*





## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

ocorrências excepcionais incidirem de forma muito intensa sobre as atividades do hospital, inviabilizando e/ou prejudicando a assistência ali prestada.

§ 16º. Os Termos Aditivos que venham a ser firmados, sejam estes para adição ou supressão nas quantidades de atividade assistencial pactuadas, serão estabelecidas na conformidade e nos limites do que dispõe a legislação que regula a matéria.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O valor anual estimado para a execução do presente contrato importa em R\$ 1.041.404,88 (hum milhão, quarenta e um mil, quatrocentos e quatro reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo especificado:

Programação Orçamentária para o Hospital	Mensal	Anual
<b>TOTAL</b>	86.783,74	1.041.404,88
Pós-fixado: Alta Complexidade	0,00	0,00
Pós-fixado: FAEC	0,00	0,00
Pré-fixado	86.783,74	1.041.404,88

I – O componente pós-fixado, que corresponde aos Procedimentos de Alta Complexidade e nos Procedimentos Estratégicos – FAEC, já cadastrados, será repassado ao Contratado a posteriori (pós-produção, aprovação, processamento e apenas concomitantemente à respectiva transferência financeira), de acordo com a produção mensal aprovada pelo Contratante, até o limite de transferência do FNS – Fundo Nacional de Saúde, respeitado, similantemente, o limite estadual para as modalidades de Alta Complexidade e Procedimentos Estratégicos e conforme programação disposta no Plano Operativo Anual, estimando-se um valor médio mensal de R\$ 86.783,74 (oitenta e seis mil setecentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos).

II – A parcela pré-fixada importa em R\$ 1.041.404,88 (hum milhão, quarenta e um mil, quatrocentos e quatro reais e oitenta e oito centavos), a ser transferida ao Contratado em parcelas fixas duodecimais de R\$ 86.783,74 (oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos), conforme discriminado abaixo, e oneram recursos do Fundo Estadual de Saúde:

Programação Orçamentária para o Hospital	Mensal	Anual
<b>Orçamento Pré-fixado</b>	86.783,74	1.041.404,88
<b>Média Complexidade:</b>	70.316,56	843.798,72
a) Ambulatorial	31.260,20	375.122,40
b) Internação Hospitalar (Valor médio AIH= 298,1398; AIH Físico= 131)	39.056,31	468.675,72
Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde – INTEGRASUS	6.290,55	75.486,60

*Alcides*







GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB  
Diretoria Geral - DGE



DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

R\$ referente ao Programa de Reestruturação dos Hospitais Filantrópicos IAC	10.176,68	122.120,16
---	-----------	------------

1º. O componente pré-pago é composto de uma parcela fixa, repassada mediante o cumprimento de metas físicas no âmbito das ações e procedimentos de média complexidade ambulatorial e hospitalar e outra variável em função do cumprimento das metas de qualidade. A relação inicial entre os dois componentes será:

a) Noventa por cento (90%) do valor pré-fixado, conforme inciso II desta cláusula, que remontam a R\$ 78.105,37 (setenta e oito mil, cento e cinco reais e trinta e sete centavos) por mês serão repassados mensalmente ao estabelecimento hospitalar de acordo com o percentual de cumprimento das metas físicas pactuadas no Plano Operativo, e definidas por meio das seguintes faixas:

Acima do volume estabelecido	100% do orçamento pactuado fixo
Entre 95% e 100% do volume estabelecido	100% do orçamento pactuado fixo
Entre 90% e 94,99% do volume estabelecido	Diminuição de 3 % do orçamento pactuado fixo
Entre 85% e 89,99% do volume estabelecido	Diminuição de 6 % do orçamento pactuado fixo
Entre 80% e 84,99% do volume estabelecido	Diminuição de 8 % do orçamento pactuado fixo
Menos que 79,99% do volume estabelecido	Diminuição de 10 % do orçamento pactuado fixo

b) Dez por cento (10%) do valor pré-fixado, conforme inciso II desta cláusula, que remontam a R\$ 8.678,37 (oito mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos) por mês serão repassados mensalmente e vinculados ao cumprimento das metas de qualidade discriminadas no Plano Operativo Anual.

§ 2º. O estabelecimento hospitalar que não atingir pelo menos 70% das metas pactuadas, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, voltará a receber por meio do faturamento dos procedimentos realizados para o SUS por um período máximo de 2 (dois) meses, período este definido como limite para a apresentação de um novo Plano Operativo junto ao Ministério da Saúde, pactuado entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO(A).

Parágrafo único. A unidade hospitalar será desligada do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS), caso não seja pactuado um novo plano no período previsto no caput deste artigo ou ainda se não cumprir, pelo menos, 70% das metas pactuadas nos três meses subsequentes à aprovação







GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB

Diretoria Geral - DGE



## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

do novo plano operativo, voltando o pagamento do hospital a ser executado por meio do faturamento dos procedimentos realizados para o SUS.

§ 3º. A unidade hospitalar que apresentar percentual de cumprimento de metas superior ao percentual de 105%, conforme estabelecido no item II, §1º desta cláusula, por 3 meses consecutivos ou 5 meses alternados, tenha suas metas do Plano Operativo revisadas para aprovação da Comissão de Acompanhamento do contrato/convênio, mediante decisão do CONTRATANTE e de acordo com as disponibilidades orçamentárias.

§ 4º. As metas de qualidade obedecerão ao quanto estabelecido na grade de pontuação distinta, onde será observado o grau de dificuldade ou relevância das mesmas. A pontuação alcançada no cumprimento das metas de qualidade definirá o percentual variável implicado no repasse financeiro deste componente, como previsto no Plano Operativo.

§ 5º. Os procedimentos de alta complexidade e os remunerados por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC da assistência ambulatorial e hospitalar serão custeados de acordo com a apresentação de produção de serviços, com limites físicos e orçamentários aprovados pela CONTRATANTE e definidos no Plano Operativo.

§ 6º. Os valores acima estimados não implicam nenhuma previsão de crédito em favor do CONTRATADO(A), que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente autorizados pelo CONTRATANTE e efetivamente prestados pelo CONTRATADO(A), ressalvados os casos de urgência e emergência, que poderão seguir os ditames da legislação vigente.

§ 7º. Os valores previstos poderão ser alterados, de comum acordo entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO(A), mediante a celebração de Termo Aditivo que será devidamente publicado e enviado ao Ministério da Saúde, sendo que no caso de necessidade de recursos adicionais, estas serão provenientes da área denominada Teto da Média e Alta Complexidade do Estado.

§ 8º. A CONTRATANTE aumentará o teto financeiro (alta complexidade ambulatorial e internamento) e o repasse de verbas de que trata este contrato (média complexidade ambulatorial e internamento) na mesma proporção que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes nas tabelas do SUS. Anualmente, quando da renovação do Plano Operativo, deverá ser feita a revisão dos valores financeiros.

§ 9º. Os valores previstos neste Contrato incluem todos os custos com salários encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, gratificação, alimentação de pessoal, fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais, utensílios e equipamentos, aluguéis, gases liquefeitos e medicinais, água, luz, telefone, impostos, taxas, seguro/incêndio, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento, pelo CONTRATADO(A) de suas obrigações.







GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB

Diretoria Geral - DGE



## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estipulados serão revistos na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde e, ainda, por ocasião da renovação do Plano Operativo, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, Lei Estadual nº 9.433/2005 e da Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

O pagamento ao CONTRATADO, pelos serviços efetivamente prestados ao Sistema Único de Saúde, será efetuado pelo CONTRATANTE, por intermédio do Fundo Estadual de Saúde – FESBA, com os recursos repassados mensalmente pelo Ministério da Saúde.

§ 1º. O pagamento ao CONTRATADO somente será efetuado após a apresentação do documento comprobatório do serviço prestado e será realizado mediante depósito em conta bancária.

§ 2º. O CONTRATANTE pagará, mensalmente, ao CONTRATADO, pelos serviços efetivamente prestados, na forma do Plano Operativo.

§ 3º. O componente pré-pago será pago na forma fixada na cláusula décima segunda que ficará vinculado à verificação do cumprimento das metas de qualificação das ações discriminadas no Plano Operativo Anual.

§ 4º. Nos casos de ocorrência de interrupção de serviços ou modificação de procedimentos no Plano Operativo de forma não combinada entre as partes, as transferências fixas mensais deverão ser suspensas até que o episódio seja esclarecido pela Comissão de Acompanhamento, neste caso os recursos serão repassados de acordo com a produção mensal.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS INFORMATIVOS

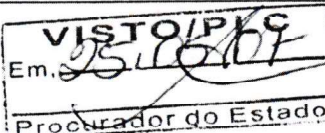
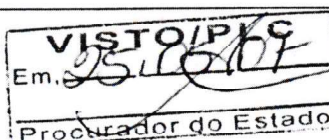
O CONTRATADO se obriga a encaminhar à CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos, os seguintes documentos ou informações:

I - Relatório Mensal das atividades desenvolvidas e planilhas de custo: até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, conforme definido pela Comissão de Acompanhamento.

II - Faturas e demais documentos referentes aos serviços efetivamente prestados.

III - Relatório Anual até 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente ao término do período de 12 (doze) meses da assinatura do presente termo, contendo informações sobre a execução do presente contrato.

IV – Ficha de atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e o Sistema de Informações Hospitalares





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB  
Diretoria Geral - DGE



## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

(SIH), ou outro Sistema de Informações que venha a ser implementado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão à conta dos recursos do orçamento do Ministério da Saúde, nos seguintes Programas de Trabalho:

- 10.302.0023.4306 – Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde – SUS;
- 10.302.0023.4307 – Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar prestado pela Rede Cadastrada no Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 1º. Os recursos orçamentários previstos no *caput* desta Cláusula serão transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde para o seguinte Programa de Trabalho:

- Fonte de Recurso: 48
- Atividade: 4187
- Elemento de Despesa: 33.90.39
- Unidade Gestora: 19.179

§ 2º. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O **CONTRATADO** é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência ou imprudência praticadas por seus empregados profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao **CONTRATADO** o direito de regresso.

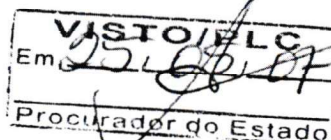
**Parágrafo único.** A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES

O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no presente contrato sujeitará o **CONTRATADO** às sanções previstas na Lei Estadual n. 9.433/05, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º. A inexecução parcial ou total do contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Estado da Bahia e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2º. A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:







## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

- I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado.
- II – 0,7 (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por dia subsequente ao trigésimo.

§ 3º. O CONTRATANTE se reserva ao direito de descontar do pagamento devido ao CONTRATADO o valor de qualquer multa porventura imposta em virtude do descumprimento das condições estipuladas neste contrato.

§ 4º. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 5º. O descumprimento da Regulamentação do Sistema Único de Saúde, constatado em auditoria, sujeita o prestador de serviços infrator à aplicação das seguintes penalidades, em ordem de gravidade crescente:

- a) advertência, para as infrações consideradas de natureza leve;
- b) suspensão temporária do credenciamento, para as infrações consideradas de natureza grave ou nos casos de reincidência das infrações mencionadas no inciso anterior;
- c) descredenciamento do estabelecimento de saúde, para as infrações consideradas de natureza gravíssima ou nos casos de reincidência das infrações mencionadas no inciso anterior.

§ 6º. Das penalidades estabelecidas no parágrafo anterior, no prazo de 10 (dez) dias, recurso junto ao Secretário da Saúde.

## CLÁUSULA DÉCIMA NÔNA - DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado mediante a celebração de termo aditivo, ressalvado o seu objeto que não pode ser modificado.

§ 1º. Os valores previstos neste termo poderão ser alterados de acordo com as modificações do Plano Operativo.

§ 2º. O Plano Operativo, nos primeiros 90 (noventa) dias de sua vigência, não poderá sofrer nenhuma alteração.

## CLÁUSULA VIGÊSIMA – DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/2005 e ainda:





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB

Diretoria Geral - DGE



## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

I - Pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pelo CONTRATANTE.

II - Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, avaliação e auditoria pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou do Ministério da Saúde.

III - Pela não entrega dos relatórios mensais e anuais.

IV - Pela não observância dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde.

§ 1º. O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei Estadual nº 9.433/2005

§ 2º. Nas hipóteses de rescisão com base na Lei Estadual nº 9.433/2005 não cabe ao CONTRATADO direito a qualquer indenização.

§ 3º. Na hipótese de constatação de negação de atendimento, mau atendimento ou atendimento insuficiente aos usuários do SUS, o presente contrato será rescindido de pleno direito por ato da Administração, com o conseqüente descredenciamento e imposição de demais penalidades.

§ 4º. O presente contrato rescinde todos os anteriores, inclusive convênios celebrados entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO, que tenham similitude com este Termo.

### CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Fica definido que as questões que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes serão encaminhadas à deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Bahia após parecer da Comissão de Acompanhamento.

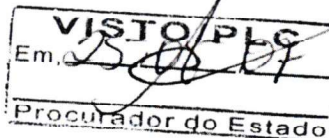
### CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE e o CONTRATADO providenciará a publicação do extrato do presente Termo no Diário Oficial do Estado, de conformidade com o disposto no art.131, § 1º da Lei Estadual nº 9.433/2005 e parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento do CONTRATADO.

§ 1º. O CONTRATADO não poderá cobrar do paciente ou de seus acompanhantes qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato.







GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB  
Diretoria Geral - DGE



63

## DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

§ 2º. O CONTRATADO responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, procedida por seus empregados ou prepostos, realizada em suas dependências em razão da execução deste contrato.

§ 3º. É vedada a cobrança a qualquer título à pacientes atendidos pelo SUS, ressalvadas as complementações decorrentes da opção do paciente por acomodações e serviços superiores aos cobertos pelo SUS.

§ 4º. É de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATADO a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.


### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

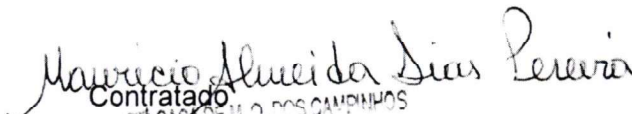
Fica eleito o foro da cidade de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estabelecidas, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza seus legais efeitos, perante as testemunhas abaixo que também os subscrevem.

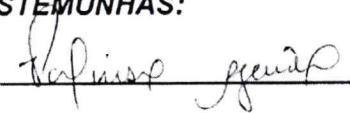
Salvador, de

de 2007.

  
Jorge José Santos Pereira Solla  
Secretário Estadual da Saúde

  
Contratado  
Maurício Almeida Dias Pereira  
PROVEDOR

### TESTEMUNHAS:

1 - 

2 - 

